

## VIOLÊNCIA, ESCOLA E MODERNIDADE

*CICILLINI, Graça Aparecida<sup>1</sup>*

*SILVA, Silvana Rodrigues da<sup>2</sup>*

*MELLO, Maria Virginia Filgueiras de Assis<sup>3</sup>*

**Resumo:** Os espaços escolares vêm trazendo uma problemática que emerge de maneira sigilosa, abarcadas por questões veladas e aos poucos vem se tornando evidente através da mídia, trata-se da violência nas escolas. Neste sentido questiona-se: Como a escola tem enfrentado o problema da violência? Qual o papel da família mediante esta problemática? A proposta deste artigo é realizar uma breve reflexão através de revisão da literatura sobre o papel da escola e da família no combate à violência, através da qual se evidenciam diferentes fatores envolvidos tais como: a conquista da mulher por seu espaço fora do ambiente doméstico, mas na vida moderna, o trabalho e o capital.

**Palavras-Chave:** Violência, Escolarização, Família, Modernidade.

**Abstract:** The scholar environment have presented an issue that emerges confidentially, involving veiled questions which have being becoming evident trough the media, it is the violence at school. In this sense the question is: How the school has faced the problem of violence on school premises? What is the role of the family upon this problem? The purpose of this article is a brief discussion by reviewing the literature on the role of school and family in combating violence, through which highlight different factors involved such as the conquest of space of woman outside the home environment, the work and capital in modern life.

**Key Words:** Violence, Schooling, Family, Modernity.

### Introdução

É fato que a Escola é uma das instituições sociais responsáveis pela continuidade na formação do indivíduo, considerada espaço adequado para a consolidação e disseminação de saberes e diversificação cultural compatíveis com os atuais preceitos de cidadania, e que

---

1 Doutora em Metodologia do Ensino. Professora PPGED/FACED. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. gacicillini@gmail.com. Artigo decorrente de uma atividade avaliativa da disciplina Educação e Modernidade do Curso de Doutorado em Educação.

2 Doutoranda em Educação. DINTER/UFU/UNIFAP. Professora do Curso de Enfermagem. Universidade Federal do Amapá-UNIFAP/AP. Bolsista CAPES. srodrigues@unifap.br

3 Mestra em Desenvolvimento Regional. Professora do Curso de Enfermagem. Universidade Federal do Amapá-UNIFAP/AP. virginia@unifap.br

conforma com uma leitura coerente quando se pensa a real importância dessa instituição para a sociedade. Entretanto, tal reflexão, mesmo que simplória e não desprovida de importância, não deve retratar uma visão romântica na modernidade, pois hoje os espaços escolares nem sempre representam espaços isentos de conflitos devido à própria diversidade multicultural à qual está sujeita, dentre outros fatores.

Os espaços escolares vêm trazendo uma problemática que emerge de maneira sigilosa, tal como a ponta de um iceberg na qual se encontram questões veladas que aos poucos vêm se tornando evidente através da mídia, trata-se da violência nas escolas. Segundo Charlot (2002, p. 434) “a violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar”.

A reflexão que se inicia nesse texto, procura direcionar o olhar para situações de violência entre adolescentes, que surgem na escola do ensino fundamental, evitando uma análise superficial, tal como a que a publicidade midiática nos induz a pensar, a violência como algo que não depende da formação dos professores, e que mascara a realidade do problema que perpassa também pelo âmbito dessa formação, já que a escola é um microcosmo social.

Existem vários tipos e natureza de violência que atingem crianças e adolescentes, o modelo proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica violência em três grandes categorias, divididas em tipos de violência mais específicos, segundo violência praticada por si mesmo (autoprovocada), por indivíduos ou grupos (interpessoal) e por organizações maiores (coletiva) praticadas por estados, grupos armados, milícias e grupos terroristas. Esses tipos são relacionados à natureza física, sexual e psicológica, além de negligência/abandono. O Ministério da Saúde adota o conceito de violência utilizado pela OMS, segundo o qual:

Violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG, et al., 2002, p.5).

Situações de violência podem gerar problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos capazes de impactar fortemente na formação das pessoas ao longo de sua existência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu artigo 5º estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Entretanto, há muitas crianças e adolescentes sofrendo violência de natureza física, sexual e psicológica, assim como negligência/abandono (BRASIL, 1990).

Na fase da adolescência, é forte a interação com o ambiente escolar, com a

comunidade e com os grupos de amigos, a conjugação de fatores que exercem influência sobre comportamentos, valores e formação de vínculos, inclusive em ambientes virtuais facilitados pela globalização da vida moderna.

Entendendo que a modernidade representa a diversificação do fenômeno da globalização da economia e mundialização de culturas, esta se apresenta entre os fatores motivadores de dicotomias, ora de inclusão, ora de exclusão social, pois muitos indivíduos não têm a mesma acessibilidade aos diferentes meios de comunicação e oportunidades para o avanço de sua aprendizagem. Como reforça Candau (2008, p. 45), vivemos expostos a uma “globalização neoliberal excludente, e às questões da diferença e do multiculturalismo, em tempos de uma mundialização com pretensões monoculturais”.

O panorama atual da modernidade induz a competitividade desenfreada entre indivíduos que buscam melhores posições no campo de trabalho, seja este formal ou informal. A realidade das famílias faz com que os pais, em meio a tantas atribuições e responsabilidades, passem a maior parte do tempo ausentes e utilizem a escola para dar continuidade na aprendizagem e socialização do seu filho, desconsiderem a importância da sua participação ativa na vida escolar de seus filhos.

Nesse sentido, a modernização traz para o campo da educação escolar a responsabilidade de educar para a cidadania, de acolher o indivíduo assumindo muitas vezes o papel das famílias no direcionamento comportamental das crianças e dos adolescentes.

Os estudos de Prost (2003, p.82) reforçam que “a liberalização da educação familiar faz com que a família transfira para a escola o aprendizado da vida em sociedade” e completa “a escola é melhor que a família, e passa a ocupar seu lugar”, abordando questões tais como ética, moral, religião, etnia, economia, temas complexos de entendimento não linear para todos.

Entretanto, a escola hoje, não é mais considerada um espaço pacífico, pois situações de violência são frequentes entre os adolescentes nos seus ambientes. Nessa perspectiva questiona-se: Como a escola tem enfrentado o problema da violência nos espaços escolares? Qual o papel da família mediante esta problemática?

A proposta deste artigo é realizar uma breve reflexão sobre essas questões e através de revisão da literatura, ou seja, sobre o papel da escola e da família no enfrentamento da violência escolar no contexto contemporâneo, tendo como subsídio direitos humanos e civis. Ressalta-se que não se tem a pretensão de esgotar um tema tão complexo como este, apenas instigar reflexões sobre alguns aspectos da violência, nos limites do ambiente escolar.

### **O papel da família moderna, a escolarização e a violência**

O conceito de família sofreu grandes alterações com o passar dos anos, o que antes era reconhecida como “célula básica da sociedade”, com núcleo formado por pai, mãe e

filhos, hoje encontramos grupos familiares diversos, quer sejam núcleos formados por casais separados, mães solteiras, casais homossexuais com filhos adotivos ou não, até lares compostos por uma única pessoa, como reforça Prost (2003), ao abordar a questão da evolução da família.

Quando se pensa em evolução da família no contexto atual é imprescindível também referenciar outras situações que ocorrem concomitantemente, é o caso da relação família-escola e avanço mercadológico. Vislumbramos uma grande modificação no âmbito familiar, a exemplo da conquista da mulher na divisão de papéis com os homens, no direito de trabalhar fora de casa, no compartilhar do pátrio poder, que antes era exercido pelos homens agora também é dividido com as mulheres. Mas o que a princípio parece uma conquista para a mulher, Prost (2003, p.78) enfatiza que representa apenas a “divisão dos poderes e dos territórios entre o marido e a mulher”, o que para o autor significa que esta mulher também perde o controle das situações domésticas que antes possuía pleno domínio.

Associado a esta questão, sobre a divisão de poderes estabelecidos entre os homens e mulheres enfatizados desde a década de 1950, nessa época o domínio dos pais sobre os filhos era inquestionável, pois estes decidiam o futuro educacional para seus filhos até mesmo em relação ao casamento. Historicamente, o caráter patriarcal da família tem característica de obediência prioritária aos interesses pessoais do Pater familiae em detrimento de pressupostos que atendiam a proteção da criança. A missão da família tradicional da época residia, assim e em grande medida, na preservação e conservação de bens e não em valores como o afeto e o amor (MONTEIRO, 2006).

Com a saída dos pais para o trabalho, surge a necessidade dos filhos permanecerem mais tempo na escola para aprender os ofícios que não teriam mais no lar, e dentre as conseqüências disso está a perda do controle das atitudes dos pais em relação aos seus filhos, ou a transferência deste tipo de responsabilidade à escola.

A escolarização emerge então da necessidade dos “aprendizados profissionais” e sua relação com a transferência do trabalho produtivo para fora do lar, o que antes as crianças eram alfabetizadas nos lares familiares, agora seriam alfabetizadas na escola no ambiente público. A respeito desta desinstitucionalização da família sobre a educação dos filhos, Prost (2003, p.83) enfatiza que “como toda educação é educação para a vida pública, a família, ao se tornar puramente privada, deixa de ser plenamente educativa”, ou seja, também transfere para a escola o papel de socialização de seus filhos, ensinar a respeitar as obrigações do tempo e espaço, as regras que permitem viver em sociedade.

O que se coloca em discussão é o quanto a conquista de espaço da vida privada pode alterar o comportamento dos filhos, especificamente, adolescentes no contexto de vida de seu coletivo, durante o processo da sua socialização, deixando-o mais vulnerável às situações de violência.

Na adolescência, testar limites, questionar normas e valores convencionais,

adaptar-se às pressões do ambiente e lidar com novas dúvidas e emoções são algumas das experiências marcantes e próprias deste momento da vida. Esse cenário, associado à maior independência e contato social com o grupo de pares, pode tornar o adolescente mais ou menos vulnerável à violência (BRASIL, 2010, p. 22).

Hoje, sem os limites antes emitidos pelos pais, pois estes já não exercem o mesmo controle da educação de seus filhos, e ainda, estão menos autoritários e mais liberais, os filhos já não se obrigam a atender suas solicitações de bons comportamentos principalmente quando estas retratam alguma atitude coercitiva, contrariamente, rebelam-se e não aceitam mais a imposição de regras para sua vida coletiva.

Nesse contexto, a escola, não estando preparada para este tipo de mudança e sendo um espaço de socialização, de convivência, sobre também as consequências dessa realidade, exerce cada vez menos influencia nas decisões que envolvem o futuro de filhos/escolares, cada vez mais violentos.

É fato que o meio externo exerce influências no comportamento dos adolescentes, a diversidade social promove a violência como reforçam os estudos de Azevedo (2004), quando diz que a pobreza, violência doméstica, alcoolismo, toxico dependência, promiscuidade, desagregação dos casais, ausência de valores, detenção prisional, permissividade, demissão do papel educativo dos pais, são para o autor, as principais causas que deterioram o ambiente familiar e conseqüentemente geram os processos de violência.

É certo também que uma escola sem preparo adequado, para ensinar o conhecimento necessário à inserção social, constitui mais um fator causador de violência, dentre tantos outros. A inserção social através da escola exige modelos de ensino/aprendizagem com sentido social para o aluno, que motivem o entendimento da cidadania. Resulta daí a necessidade de professores serem preparados para este tipo de educação, tal como colocam inúmeros educadores.

Domingues, Koff e Moraes, (1998); Buffa, Arroyo e Ossela, (1988), dentre tantos outros, afirmam que a educação moderna deve envolver o ensino e o aprendizado da cidadania, o desenvolvimento de novas e mais adequadas competências a vivencia em um mundo cada vez mais complexo e imprevisível, com a consciência da natureza humana, histórica e social, que o mundo/conhecimento deve ser desenvolvido com base em direitos e deveres constitucionais, ‘com’ e ‘para’ todos.

Para Canário (2012, p.4) um dos obstáculos à inovação da escola é o próprio modelo de gestão do trabalho escolar, ainda tradicional:

As formações clássicas, escolarizadas, dirigidas à capacitação individual para o «posto de trabalho» são reconhecidamente ineficazes quando está em jogo a necessidade de produzir mudanças organizacionais. Novos modos de pensar e organizar os processos de trabalho fazem apelo a novos tipos de

saberes, nomeadamente: trabalhar em equipe, pensar à escala da organização no seu todo, agir estrategicamente a partir de raciocínios de antecipação”.

Este estudioso lembra o que diz Carré (1992), a respeito da resposta mais pertinente às aceleradas mutações técnicas e sociais, que é preciso desenvolver nos trabalhadores um reflexo de aprendizagem permanente, ‘nas’ e ‘através’ das situações profissionais, no quadro de uma «organização autoformativa» (self learning organisation) caracterizada por «modos de formação abertos, integrados no trabalho, (...) participativos, favorecendo uma autoformação activa».

### **Violência simbólica: abordando o bullying no ambiente escolar**

A violência praticada contra crianças e adolescentes apresentam-se de diversas maneiras, por diversos sujeitos e lugares distintos. Os tipos ou formas de violência também são distintos e diversificados, comumente são classificados por violência física, sexual, psicológica entre outras. Entretanto, é preciso esclarecer que abordar a violência existente nos ambientes escolares, entre os próprios adolescentes, está fortemente presente a violência simbólica.

Faleiros (2007, p. 30) baseado em Pierre Bourdieu, diz que “a violência simbólica parte do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, são arbitrários, uma vez que não se assentam na realidade, mas em mitos e preconceitos, dados como naturais”. Nessa perspectiva, a Escola, enquanto formadora, possui o papel fundamental na desconstrução de toda e qualquer forma de violência que leva a cultura de inferioridade do outro no seu espaço e entorno.

Os estudos de Francisco e Libório (2009) reforçam a preocupação com uma forma de violência que vem ganhando destaque no meio acadêmico, é o chamado bullying, um termo da língua inglesa que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem aparentemente sem motivação evidente direcionadas a um indivíduo ou a um grupo. No Brasil ainda não há consenso a respeito de uma terminologia, mas associam-se a vários termos, tais como maus tratos, vitimização, intimidação, agressividade e violência entre os pares.

É válido ressaltar que apesar da terminologia, o bullying apresentar-se como uma questão recente, de fato a violência contra crianças e adolescentes esteve presente na história da humanidade, desde os mais antigos registros, conforme De Mause citado por Faleiros (2007, p. 14) “a história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na História, mais reduzido o nível de cuidados com as crianças, maior probabilidade de que houvessem sido assassinadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente”.

O bullying ocorre com frequência nas escolas e é caracterizado pela agressão, dominação e prepotência entre os pares. Envolve comportamento intencionalmente nocivo e repetitivo de submissão e humilhação. Colocar apelidos, humilhar, discriminar, bater, roubar, aterrorizar, excluir e divulgar comentários maldosos são exemplos (LOPES NETO, 2005).

As situações de violência atingem não só os adolescentes, mas toda a sociedade, as famílias, professores, alunos, coordenadores pedagógicos, entre outros profissionais envolvidos. Considera-se como bullying, desde as abordagens que passam de simples apelidos pejorativos como assédio moral direcionado aos diferentes ou aos próprios pares com o intuito de denegrir a imagem do outro, até mesmo a pura violência física.

Chalita (2008, p. 81) adverte que “o fenômeno bullying, não escolhe classe social ou econômica, escola pública ou privada, ensino fundamental e médio, área rural ou urbana. Está presente em grupos de crianças e de jovens, em escolas de países e culturas diferentes”. Nesse sentido, torna-se imprescindível a observação atenta e presença constante dos profissionais que atuam na escola, para que o bullying não seja banalizado e confundido com agressão e indisciplina, apenas.

### **Direitos humanos e diversidade cultural: temas transversais da modernidade**

O estudo de Paulsen (2007) traz à tona a discussão de temas que acompanham e incomodam a sociedade desde a antiguidade até os dias de hoje, muitas vezes de forma velada tais como o racismo, a violência contra a mulher, as desigualdades sociais, entre outros. Nesse contexto, podemos nos direcionar em duas linhas de pensamento, a primeira que reconhece a existência da diversidade cultural, e as diferenças entre os indivíduos; a segunda, a existência dos conflitos sociais.

Não é de hoje que tais temas são estudados e apresentados à sociedade. A busca da igualdade dos direitos entre os homens ganhou importância após a Segunda Guerra Mundial em oposição aos horrores cometidos pelo regime nazista na Alemanha e fascista na Itália. Candau (2008) discorre sobre o tema e argumenta que sempre que a humanidade pretendeu promover a pureza cultural e étnica, as consequências foram trágicas, tais como: genocídio, holocausto, eliminação e negação do outro. Esta autora reforça ainda, que a luta pelos Direitos Humanos, requer o exercício do diálogo intercultural, mas que estes se encontram fragilizados, pois não se discute a relação de poder que envolve os diferentes grupos socioculturais.

Apesar das lacunas apresentadas pela autora, é notória a evolução e consolidação dos Direitos Humanos fundamentados em documentos outorgados internacionalmente, tais como: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu art. 7 preconiza:

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (BRASIL, 1998, p.02).

Apesar de estarem na Constituição tais preceitos, em teoria, na prática nos deparamos com situações adversas, pois em pleno século XXI a realidade traz a tona a questão da dificuldade das pessoas conviverem harmonicamente. A luta pelo poder, a competitividade entre os seres humanos, o avanço da tecnologia, a mercantilização do fazer, onde o ter é mais importante do que o ser, são alguns ingredientes que influenciam o comportamento das pessoas, determinam sua forma de existência e coloca em xeque o princípio da igualdade entre os indivíduos.

Nesse sentido, vislumbrando a dicotomia que gera a dificuldade de conviver com o diferente e garantir o direito a diferença, apresentamos alguns questionamentos levantados por Souza (2002, p.168): “somos todos iguais ou somos todos diferentes? A nossa identidade está na nossa pluralidade ou na nossa universalidade? É possível falar em ser humano ou só é possível falar em homens e mulheres particulares e diversos?”. As questões estão postas, e cabe a nós, cidadãos, interpretá-las visando a vivência dos preceitos de cidadania.

Outras questões, que emergem de atitudes de violência na sociedade, trazem à tona o conceito de civilidade apresentado por Veiga (2002), como categoria de comportamento aceitável, entendido como o controle de emoções e formação disciplinada como um todo. Essa autora questiona: estaríamos perdendo o controle das emoções e assim retroagindo na essência da civilidade em sociedade?

Nesse sentido, partindo da premissa que o homem para sobreviver precisa do outro para conviver em sociedade, apesar da sua natureza possui impulsos egoístas, individuais, necessita de regras para impor limites em suas condutas e proporcionar um convívio harmônico entre as pessoas. Assegura Arroyo (2010, p. 247) “o ser humano se forma como espécie na luta incessante pela própria humanização. Inclusive e principalmente na reação às contingências naturais, sociais, históricas que negam e impõem limites a toda manifestação e avanço civilizatório”.

De fato, a sociedade é composta por indivíduos que interagem de forma amigável para tal convívio, principalmente, quando estes vivem em conjunto, dividem o mesmo espaço e possuem objetivos em comum. Entretanto, nem sempre tal harmonia ocorre de maneira pacífica exclusivamente; pois a maneira de pensar e agir de cada pessoa em algum momento entra em conflito, principalmente quando as idéias, valores e culturas não convergem.

Os estudos de Prost (2003) revelam, surpreendente, que a violência tem diminuído na sociedade em termos globais, entretanto enfatiza que ocorre um aumento das violências menos graves, imaginando que refere à violência física evoluindo para a morte, a guerra

armada por exemplo. Mas, ao refletirmos sobre a questão da violência que se conjuga com os pequenos delitos, ofensas, assédio moral entre outras abordagens, não apenas na escola, mas em outros espaços sociais, concluímos Ser de fundamental importância que a escola esteja preparada para enfrentar este tipo de problemática, contribua para uma formação mais cidadã, mais calcada na compreensão dos direitos e deveres.

Dessa forma, os adolescentes aprenderão a conviver desde cedo com a adversidade, com diferenças que são próprias de sociedades plurais, multiculturais, tal como a sociedade brasileira; e que para isso acontecer será preciso inovar a escola, proporcionar novas estratégias pedagógicas, que possam amenizar as situações de violência hoje identificadas nos ambientes escolares; que se a escola faz parte da sociedade, está inserida no atual contexto social, político e econômico, na modernidade, sofre as consequências desses múltiplos fatores aqui abordados, devendo, portanto, estar preparada para o papel social, o de para a cidadania.

### **Considerações finais**

Parece indiscutível a ocorrência de transformações históricas que ocorrem na sociedade na qual se insere a família e a escola. Tais mudanças envolvem fatores diversos, não apenas a quantidade de membros na família, que vem diminuindo com o passar dos anos, mas também fatores determinantes para a qualidade de vida, tais como saúde, educação, lazer, moradia, geradores de disputa e divisão de poderes entre homens e mulheres, desde a década de 1950 até os nossos dias. Um outro fator é a inserção crescente da mulher no mercado de trabalho.

Enfatiza-se a grande importância social com a conquista da mulher por espaços fora do ambiente doméstico, no compartilhamento das decisões políticas e econômicas e direcionamento no cotidiano do lar, uma vez que na vida moderna o trabalho e o capital ditam as normas para aqueles que procuram desfrutar o que de melhor o capitalismo pode oferecer. Por outro lado, dentre as mudanças atuais, enfatiza-se o avanço mercadológico que vem contribuindo para a individualização no contexto familiar ou “vida privada individual”, e o despreparo da escola para enfrentar tais mudanças.

A escola, como forma de extensão nas orientações e socialização dos adolescentes, passa a ter papel fundamental no controle da violência através de uma educação centrada em questões morais, éticas e de valores familiares e sociais, importantes para uma convivência familiar saudável no atual contexto. Nesse sentido, mediante situação de vulnerabilidade familiar das crianças e adolescentes, a instituição escolar precisa ficar atenta para os indícios de violência que se apresentam no seu ambiente, e deve estar preparada para assumir uma nova postura, a de co-responsabilidade por uma educação mais ampla, não mais apenas centrada em conteúdos científicos disciplinares, mas também de ética e moral, para que em

conjunto com os pais atue em prol de uma cultura de paz e de prevenção de violência dentro dos seus espaços.

Dessa forma as ações de ensino se mostrarão mais educativas, também preventivas, garantindo uma educação infantil e fundamental mais apropriada aos dias atuais. Para tanto, serão necessários investimentos públicos na formação dos professores, proporcionar ao corpo docente programas de educação continuada, fóruns de debates, rodas de conversa sobre a temática da violência, mediante o diálogo entre profissionais da educação, pais, responsáveis e demais membros da comunidade escolar.

## Referências bibliográficas

ARROYO, M.G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 12 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

AZEVEDO, S.C.A. **A violência nas escolas como resultado de inadaptação social**. Monografia. Universidade de Portugalense. Granada. Portugal, 2004.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1998. Disponível em: [www.unesdoc.unesco.org](http://www.unesdoc.unesco.org). Acesso em: 12 de novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linhas de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1990.

BUFFA, E.; ARROYO, M. G.; OSSELA, P. **Educação e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1988.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.37, pp. 45-56. ISSN 1413-2478.

CANARIO, R. **Gestão da escola: Como elaborar o plano de formação?** Coleção: Cadernos de Organização e Gestão Curricular. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional ISBN: 972-9380-83-x. Disponível em 23.04.2012 [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/gestao\\_escola\\_elaborar.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/gestao_escola_elaborar.pdf)

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez, 2002. p. 432-443.

CHALITA, G. **Pedagogia da amizade – bullying**: o sofrimento das vítimas e dos agressores. São Paulo: Editora Gente, 2008.

DOMINGUES, J. L.; KOFF, E. D.; MORAES, I. J. Anotações de leitura dos parâmetros nacionais do currículo de ciências. In: BARRETTO, E. S. S. (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

FALEIROS, V.P.; FALEIROS, E.S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FRANCISCO, M.V.; LIBÓRIO, R.M.C. Um estudo sobre *bullying* entre escolares do ensino fundamental. **Rev. Psicologia reflexão e crítica**. vol.22. n.2. Porto Alegre, 2009. ISSN 0102-7972.

KRUG, E.G. et al (Ed.) **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: organização Mundial de Saúde, 2002.

LOPES NETO, A.A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 164-172, nov. 2005. Suplemento.

MONTEIRO, L.C.G. **Educação e direitos da criança**: perspectiva histórica e desafios pedagógicos. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, 2006.

PAULSEN, C.M. **Acesso à justiça, direitos humanos e diversidade cultural**. JORNADA PRÁTICAS DE JUSTIÇA E DIVERSIDADE CULTURAL (3ª Edição). UFPEL/UFRGS, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2007.

PROST, A. A família e o indivíduo. In: PROST, A.; VICENT, G. (org). **História da vida privada**: da primeira guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. p. 61-113.

SOUZA, M.G.A. Educar para a tolerância e o respeito à diferença: uma reflexão a partir da proposta Escola Plural. In: CANDAU, V.M. **Sociedade, educação e cultura (s)**: questões e propostas. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VEIGA, C.G. A escolarização como projeto de civilização. **Rev. Bras. Educação**. ed. Set/out/Nov/dez. 2002, nº 21.